

#### CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Clodoaldo Magalhães – PV/PE

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

#### REQUERIMENTO N° /2025

(Do Sr. Clodoaldo Magalhães)

Requer a realização de Audiência Pública para debater o PL 2.812/2022 que "Revoga a Lei no 12.318, de 26 de agosto de 2010 - Lei de Alienação Parental"

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, §2°, inciso II, da Constituição Federal, bem como o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que, ouvido o plenário desta Comissão, Vossa Excelência se digne a adotar as providências necessárias para a realização de Audiência Pública para debater o **Projeto de Lei nº 2.812, de 2022, que revoga a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010 (Lei de Alienação Parental).** 

Para tanto, solicito que sejam convidadas a participar da audiência pública, aqui em voga, as seguintes autoridades:

- Sandra Maria Baccara Araújo Psicóloga clínica e jurídica. Doutora em Psicologia. E-mail: <a href="mailto:sbaccara01@gmail.com">sbaccara01@gmail.com</a>
- Fernando Salzer Pai que sofreu alienação parental e hoje atua ativamente na defesa da Lei de Alienação Parental. E-mail: <a href="mailto:fernandosalzer@yahoo.com.br">fernandosalzer@yahoo.com.br</a>





- 3. **Elsa Mattos** Psicóloga clínica e jurídica. Doutora em Psicologia. E-mail: <u>e.mattos2@gmail.com</u>
- 4. **Vinicius Rio** Procurador de Justiça e doutrinador sobre o tema. E-mail: <u>Viniciusdds@gmail.com</u>

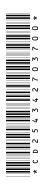
## **JUSTIFICAÇÃO**

A Lei nº 12.318/2010 representou um marco na proteção do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar saudável, buscando coibir práticas de alienação parental que, comprovadamente, podem gerar danos emocionais severos e duradouros. No entanto, passados mais de 14 anos de sua vigência, verifica-se que, em alguns casos, a lei tem sido utilizada de forma distorcida, transformando-se em um instrumento de chantagem e retaliação entre pais, em vez de cumprir exclusivamente sua função protetiva.

O PL nº 2.812/2022, ao propor a revogação integral da Lei de Alienação Parental, ignora os avanços e salvaguardas que ela trouxe, além de desconsiderar a necessidade de aprimoramento legislativo. Defendemos, portanto, não a sua revogação, mas uma reforma criteriosa que corrija fragilidades, previna abusos e preserve o núcleo de proteção à criança e ao adolescente.

Dada a complexidade do tema, é fundamental abrir espaço para um debate plural, técnico e aprofundado, que envolva profissionais especializados, operadores do Direito e pessoas diretamente impactadas pela lei, de modo a buscar soluções equilibradas e efetivas.

Diante do exposto, requer-se a aprovação deste requerimento, para que seja realizada Audiência Pública com o objetivo de debater o PL nº 2.812/2022, contrapondo a proposta de revogação da Lei nº 12.318/2010 e discutindo alternativas de reforma e aperfeiçoamento da legislação vigente, garantindo a proteção integral da criança e do adolescente e prevenindo seu uso indevido 2 mo instrumento de litígio familiar.



# DEPUTADO CLODOALDO MAGALHÃES PV/PE



